



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

CLIPPING

DATA
18.02.2025

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
1 de 23

RESPONSÁVEL
Iris Helena

SUMÁRIO

- ✓ [FALTA DE TRANSPARÊNCIA – O Popular](#)
- ✓ [MILITARES CÁ, GOLPISTAS LÁ – O Popular](#)
- ✓ [IMPOPULARIDADE PODE AUMENTAR IRRESPONSABILIDADE FISCAL – Folha de São Paulo](#)
- ✓ [LULA TEM UM PROBLEMA – Folha de São Paulo](#)
- ✓ [BRASIL: POTÊNCIA ENERGÉTICA SUSTENTÁVEL – Folha de São Paulo](#)
- ✓ [LULA FAZ PRESSÃO POLÍTICA PARA INTERFERIR EM EMPRESAS E ÓRGÃOS PÚBLICOS – Folha de São Paulo](#)
- ✓ [JANTAR REÚNE MINISTROS DO STF E LULA EM MEIO À EXPECTATIVA POR DENÚNCIA CONTRA BOLSONARO – Folha de São Paulo](#)
- ✓ [CGU PROMOVE ENCONTRO SOBRE EQUIDADE, DIVERSIDADE E INCLUSÃO – O Hoje](#)
- ✓ [LULA ATACA OS DISTRIBUIDORES PELO COMBUSTÍVEL CARO; ENTENDA – Correio Braziliense](#)
- ✓ [STF PRORROGA INQUÉRITO CONTRA SILVIO ALMEIDA POR IMPORTUNAÇÃO SEXUAL – Correio Braziliense](#)
- ✓ [ALIANÇA ENTRE FACCÕES EXIGE RESPOSTA EFICAZ – Correio Braziliense](#)
- ✓ [MOTTA DISCUTIRÁ PEC DA BLINDAGEM COM O SUPREMO – Valor Econômico](#)
- ✓ [STJ RECONHECE FRAUDE À EXECUÇÃO EM DOAÇÃO DE IMÓVEL ENTRE FAMILIARES – Valor Econômico](#)
- ✓ [CNI ACOMPANHARÁ 78 PROCESSOS NO SUPREMO ESTE ANO – Valor Econômico](#)
- ✓ [LEI DE BIOINSUMOS E O FUTURO DA REGULACÃO – Valor Econômico](#)
- ✓ [DATA COMEMORATIVA DO DIA – SEBIB](#)



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

CLIPPING

DATA

18.02.2025

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

2 de 23

RESPONSÁVEL

Iris Helena

JORNAL – O POPULAR – 18.02.2025 – PÁG. 02

Falta de transparência



Seguindo tendência que começou no Congresso e se espalhou pelo Poder Legislativo de estados e municípios, a Câmara de Goiânia avança no orçamento municipal por meio das emendas impositivas. A fatia é de 2% da receita corrente líquida, cerca de R\$ 5 milhões para cada um dos 37 membros da casa. Organizações sociais têm sido privilegiadas pelos vereadores na distribuição de recursos. Em 2024, 80% do montante foram para entidades do terceiro setor. Para 2025, a previsão é de 95%. Boa parte desse dinheiro é destinada para as Carretas da Saúde.

O fatiamento orçamentário por meio dessas emendas tem implicações. No caso das carretas, se o atendimento supre uma necessidade pontual, por outro lado enfraquece políticas estruturadas no Sistema Único de Saúde (SUS) e abre portas para o clientelismo. Ao mesmo tempo, há uma grave violação à transparência. Como O POPULAR mostrou na edição desta segunda-feira (17), as entidades beneficiadas e a Prefeitura falham em demonstrar como o dinheiro está sendo aplicado. A Prefeitura tenta regulamentar a liberação das emendas impositivas. Qualquer que seja o mecanismo, ele tem de ser capaz de acabar com tais distorções.

JORNAL – O POPULAR – 18.02.2025 – PÁG. 07

Militares cá, golpistas lá

Eliane Cantanhêde

No ano do julgamento da tentativa de golpe, a dias do parecer da PGR sobre os golpistas e na véspera da ida do presidente Lula a uma cerimônia da Marinha no Rio, nesta segunda-feira, pesquisa Atlas apontou que 72% dos ouvidos não confiam nas Forças Armadas. Mesmo militares que consideram esse porcentual exagerado admitem que a imagem da instituição vem sofrendo desgaste e que nenhum outro presidente foi tão pernicioso para as FA do que o capitão insubordinado Jair Bolsonaro.



"Quando a política entra por uma porta no quartel, a ordem e a disciplina saem pela outra", diz a máxima jogada no lixo por Bolsonaro, que entupiu o Planalto de

gerais e acentuou privilégios da carreira que um dia foi a sua. Enquanto "comprava" militares no varejo, ele infiltrava a política nos comandos e nas tropas de uma forma jamais vista após a redemocratização.

O presidente Lula, que não tinha motivo para ser amigo de generais, brigadeiros e almirantes, soube conviver muito bem com eles nos seus dois primeiros mandatos e investiu no atacado: renovação dos caças da FAB, dos submarinos da Marinha e dos tanques do Exército, além de estabelecer a Estratégia Nacional de Defesa. O que se tem depois de Bolsonaro são 28 militares, inclusive de altas patentes, entre os 40 indiciados na tentativa de golpe. Não há dúvida de que o procurador geral Paulo Gonet vai deixar muito clara a responsabilidade de cada um, com base na minuciosa investigação da PF, mensagens de internet, planos impressos, reuniões, delações e depoimentos, inclusive de ex-comandantes.

Gonet foi implacável com sete ex-integrantes do comando da PM do Distrito Federal que já foram para a Praça dos Três Poderes no 8/1 dispostos a lavar as mãos. Se foi assim com PMs, como o PGR será com o ex-presidente e os generais que articularam o golpe a partir do Planalto? A área militar considera a pesquisa Atlas muito triste, mas previsível, com uma ressalva: Datafolha e IPEC de dezembro de 2024 detectaram perda de aprovação das FA, mas elas se mantinham como instituição mais bem avaliada do País. Isso pode continuar se, como diz o ministro da Defesa, José Múcio, houver separação entre CPFs (culpados) e CNPJ (FA).

Não depende de Supremo, governo e mídia, mas sim do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, que não devem, jamais, defender qualquer um que tenha imaginado, discutido e articulado o assassinato de um presidente legitimamente eleito, seu vice e o então presidente do TSE. Quanto mais distantes desse tipo de gente e quanto mais baterem a porta para a política nos quartéis, melhor para as Forças Armadas.

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 18.02.2025 – PÁG. A2

Impopularidade pode aumentar irresponsabilidade fiscal

Menor taxa de aprovação de Lula no Datafolha poderá, no pior cenário, incentivar ganância que elevou dólar e inflação

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) - Gabriela Biló - 25.out.24/Folhapress



O tombo inaudito no índice de aprovação de Luiz Inácio Lula da Silva não é só má notícia para o petista, já que enseja temores no mercado de que o Planalto abrace de vez a irresponsabilidade fiscal daqui em diante, gerando impactos severos sobre a inflação que afeta sobretudo os mais pobres.

Segundo pesquisa do Datafolha, entre dezembro e janeiro, a taxa de entrevistados que consideram seu governo ótimo ou bom despencou de 35% para 24%. Na mão inversa, a reprovação subiu de 34% para 41%.



CLIPPING

DATA
18.02.2025

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
4 de 23

RESPONSÁVEL
Iris Helena

Ambas as marcas são inéditas para o mandatário, considerando seus governos de 2003 a 2010 e o atual. A desaprovação se espalha até mesmo em segmentos tradicionalmente lulistas.

A crise decorre de problemas pontuais e estruturais. No primeiro grupo, encontra-se o desastre de gestão e comunicação em janeiro, quando a edição de uma medida para vigiar transações acima de R\$ 5.000 no Pix foi criticada e chegou a ser alvo de uma campanha de fake news.

Já as questões subjacentes à queda são mais complexas. Apesar de ter na Fazenda um ministro que se diz comprometido com o rigor fiscal, Fernando Haddad, na prática Lula tem minado qualquer ideia de austeridade.

De tal irresponsabilidade decorreu a disparada do dólar ao final de 2024, pressionando a inflação de alimentos e outros itens básicos, que afeta principalmente a renda dos mais pobres —nesse grupo, a aprovação do presidente caiu de 44% para 29%.

A recente alta do preço dos ovos é uma provável nova trincheira a ser explorada pela oposição, que na crise do Pix foi eficaz em maximizar danos. Manifestações contra o presidente, marcadas para 16 de março, poderão dar uma medida do desafio a ser enfrentado por Lula.

Em favor do petista, há divisão nas hostes rivais, cortesia da insistência de Jair Bolsonaro (PL) em dizer que será candidato em 2026, mesmo impedido.

Políticos mais óbvios que poderiam se colocar na disputa, como o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos-SP), não o fazem e perdem exposição. Com isso, mutações do bolsonarismo —o cantor Gustavo Lima é um exemplo— ocupam o noticiário.

Dadas as incertezas sobre a guerra tarifária proposta pelo americano Donald Trump, que pode impactar câmbio e inflação aqui, o horizonte visível é tenso e agravado por pressões políticas domésticas, como a expansão do apetite por cargos do centrão.

As medidas sugeridas para tentar melhorar a popularidade de Lula enfrentam obstáculos, como a ampliação dos programas Pé-de-Meia e Auxílio-Gás, além da isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5.000.

Embora o pior cenário seja o da elevação dos gastos, é bastante provável que tudo siga como está, sem o aumento na ganância, pois o presidente já deve ter percebido, pelos números da pesquisa, que a irresponsabilidade fiscal não está funcionando.

editoriais@grupofolha.com.br

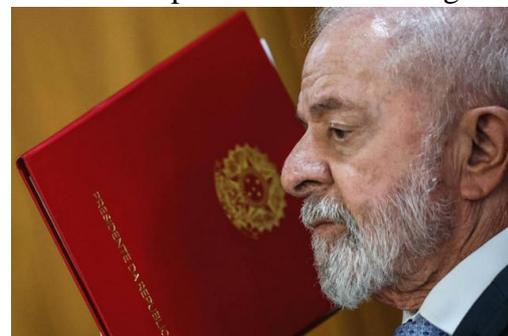
JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 18.02.2025 – PÁG. A3

Lula tem um problema

Queda de popularidade do presidente, seja aguda ou estrutural, força governo e outros agentes a se reposicionarem

Hélio Schwartsman

Se até o mês passado a grande dificuldade de Lula era não conseguir que alguns bons indicadores econômicos se convertessem em popularidade, ele agora precisa lidar com um problema bem mais grave, que é a acentuada deterioração das avaliações positivas de seu governo, inclusive em coortes historicamente simpáticas ao petista. Só o tempo dirá se estamos diante de um movimento agudo ou de algo mais estrutural, que reduziria as chances de a esquerda vencer o pleito presidencial de 2026, eventualmente fazendo com que o próprio Lula desista de concorrer à reeleição.



Qualquer que seja o cenário, a queda na popularidade produz efeitos não triviais. O mais óbvio deles é que o governo precisará se reposicionar – e de modo mais incisivo do que a contratação de Sidônio Palmeira e uma reforma ministerial. Lula terá de definir se enfrentará a situação adotando uma agenda de responsabilidade fiscal capaz de conter a inflação, notadamente a inflação dos alimentos, apontada como principal razão da má avaliação de sua gestão, ou se vai abraçar de vez programas populistas com previsão de maturação em 2026. Gostaria que ele seguisse o primeiro caminho, mas receio que adote o segundo, que está mais de acordo com seus instintos e com o cronograma eleitoral.

Outro ponto importante é a relação com o Congresso. Teremos a partir de agora um governo enfraquecido, o que cria uma situação propícia para parlamentares se apropriarem de mais nacos de poder e do Orçamento. Os grandes avanços do Congresso que desequilibraram o jogo em favor do Legislativo se deram sob Dilma 2 e Bolsonaro, dois governantes que estiveram nas cordas. Há, por fim, o efeito potencialmente divisivo sobre a oposição. A perspectiva de derrota da situação em 2026 aumenta a pressão para que o campo conservador lance um candidato capaz de atrair os moderados (que foram para Lula em 22). Bolsonaro deve se opor com unhas e dentes a esse movimento, que, se for exitoso, decretaria o fim de sua influência sobre a direita.

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 18.02.2025 – PÁG. A4

Brasil: potência energética sustentável

Reduzir nossa produção de petróleo não significa necessariamente diminuir as emissões globais; ao contrário, pode provocar o seu crescimento

Mauricio Tolmasquim



No Brasil, como no resto do mundo, são cada vez mais frequentes eventos climáticos extremos, como enchentes, secas e queimadas. Os efeitos da mudança climática são globais e os países podem ser afetados por emissões que ocorreram fora de seu território. O seu enfrentamento é hoje uma das principais agendas da negociação multilateral internacional. A energia está no centro da geopolítica climática, respondendo por nada menos que 70% da emissão mundial, sendo quase metade dessa emissão oriunda ainda do carvão. Contudo, ao contrário do resto do mundo, não é a energia a principal responsável pelas emissões

brasileiras, mas sim o desmatamento. Somos largamente o país com a matriz energética mais renovável do grupo das 20 maiores economias do mundo, com seis vezes mais renováveis no transporte, 50% de renováveis em toda a energia consumida e um recorde de 93% de renováveis no sistema elétrico —sistema este já em linha com o requerido para o mundo em 2050 nos cenários net zero.

A Agência Internacional de Energia apresenta três cenários, sendo que em dois deles a transição energética se acelera atingindo um controle de temperatura esperado no Acordo de Paris. O cenário APS corresponde a um aumento de temperatura de cerca de 1,7°C e prevê uma retração do mercado de petróleo da ordem de 45% em relação aos patamares de hoje. O cenário net zero corresponde a um aumento de 1,5°C e prevê redução superior a 70% em relação aos cerca de 100 milhões de barris consumidos pelo mundo. Mas por que um mundo net zero ainda precisaria de quase 30 milhões de barris de petróleo, mais de seis vezes a produção atual do Brasil? Primeiro porque uma parte substancial do petróleo produzido não é utilizada como combustível fóssil, mas como matéria-prima para produtos não energéticos, como petroquímica e lubrificantes. Segundo, porque o conceito "líquido zero" (net zero) prevê que algumas emissões residuais, que são tecnologicamente ou economicamente muito difíceis de eliminar, sejam compensadas por remoções de CO2 da atmosfera. Essas remoções podem ser feitas por florestas ou por tecnologias, sendo vantajosas para a sociedade, pois permitem controlar os gases de efeito estufa com menor impacto econômico.

Dessa forma, é importante avaliar a participação do Brasil nos mercados mundiais desse produto, que se manterá relevante em qualquer cenário. O petróleo é hoje um dos mais importantes produtos da pauta de exportação brasileira. Além disso, o petróleo brasileiro é produzido com emissões comparativamente menores ao produzido em outros países. Em média, um barril de petróleo produzido hoje no mundo tem, por exemplo, 70% mais emissão do que um produzido nos nossos campos do pré-sal. Assim, reduzir a produção

de petróleo do Brasil não significa necessariamente diminuir as emissões globais. Ao contrário, elas podem implicar seu crescimento a depender de qual país substitua a produção brasileira.

Em paralelo, como em qualquer dos cenários há uma expectativa de grande aumento no consumo de renováveis, a diversificação da carteira de produtos é crucial para empresas de petróleo, como a Petrobras. A companhia está investindo mais de US\$ 16 bilhões em descarbonização e produtos energéticos de baixo carbono, como diesel renovável, etanol, biodiesel, biometano, bioqav para aviação, bunker com conteúdo renovável para navegação, hidrogênio de baixa emissão de carbono e geração elétrica renovável.

Apenas em biocombustíveis, a expansão de produção projetada é superior a oito vezes nossa produção atual. No que tange à descarbonização, desde 2015 a Petrobras reduziu em 41% as suas emissões operacionais absolutas de gases do efeito estufa. Seguir esse caminho é um condicionante para atender a demanda futura de petróleo com emissões líquidas reduzidas ou zero. Ao fornecer petróleo para o mundo com menos emissões operacionais de gases do efeito estufa e ao mesmo tempo expandir a produção de energias renováveis de forma sustentável, o Brasil, com o apoio da sua principal empresa de energia, alcança a proeza de conciliar dois objetivos aparentemente antagônicos: utilizar o petróleo como fonte de divisas, renda e empregos para os brasileiros enquanto lidera globalmente a transição energética justa e combate a mudança climática.

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 18.02.2025 – PÁG. A6

Lula faz pressão política para interferir em empresas e órgãos públicos

Presidente mirou Banco Central, Petrobras e Vale, antes de criticar 'lenga-lenga' no Ibama

Marianna Holanda / Renato Machado

O presidente Lula (PT) coleciona em seu terceiro mandato episódios em que fez pressão publicamente como forma de interferir em órgãos públicos e empresas mistas e mesmo privadas. Lula já criticou abertamente o Banco Central, a Petrobras e a Vale, sendo que em alguns casos amenizou suas falas após mudanças que o favoreceram, como a troca na diretoria dessas entidades. No caso mais recente, defendeu pesquisa e exploração de petróleo na Bacia Foz do Amazonas e falou em "lenga-lenga" do Ibama, responsável pela análise e eventual autorização da medida.



"Se depois a gente vai explorar, é outra discussão. O que não dá é para a gente ficar nesse lenga-lenga. O Ibama é um órgão do governo, parecendo que é um órgão contra o governo", disse Lula. A fala direta contra o órgão foi o ápice de uma série de declarações em defesa da exploração.

O pedido da Petrobras é para perfuração de um novo poço na margem equatorial —etapa quando se busca estudar a viabilidade técnica e econômica da exploração. A área energética do governo e a Petrobras argumentam que a Foz do Amazonas é essencial para substituir o declínio da produção do pré-sal na



CLIPPING

DATA

18.02.2025

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

8 de 23

RESPONSÁVEL

Iris Helena

próxima década. Já a ministra Marina Silva afirma que só a análise técnica do Ibama pode determinar se é sustentável, ou não, o empreendimento.

A fala de Lula provocou uma insatisfação generalizada entre os técnicos do órgão. A avaliação de servidores é de que o processo passou a ser alvo de extrema interferência política, em vez de seguir um rito formal. Em outros momentos, o presidente já criticou a Vale e a Petrobras, ambas antes da troca no comando das empresas. Além disso, nos seus dois primeiros anos de governo, teve o Banco Central e Roberto Campos Neto, então presidente, na sua mira. O mandatário adota um tom menos crítico após mudanças que o agradem na gestão das empresas e do BC.

No caso da Vale, em agosto de 2024, ele criticou a grande quantidade de acionistas. "É que nem cachorro de muito dono: morre de fome ou morre de sede, porque todo mundo pensa que colocou água, todo mundo pensa que deu comida e ninguém colocou", disse. A Vale é hoje uma empresa sem controlador definido, uma "corporation", mas ainda com influência de seus antigos controladores, Previ, o fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil, Bradesco e a japonesa Mitsui. Lula vinha criticando a companhia desde o início de sua gestão e chegou a tentar interferir no processo de sucessão da companhia, pressionando pela indicação do ex-ministro Guido Mantega. Quando eleito para a presidência da Vale no ano passado, Gustavo Pimenta colocou o relacionamento com o governo entre suas prioridades.

Na última sexta-feira (14), o presidente da companhia foi elogiado por Lula. Ele disse que a gestão de Pimenta é "oportunidade extraordinária" para reaproximar os interesses da mineradora com os interesses do Estado brasileiro. "Alguma coisa aconteceu [entre a Vale e o governo]. Houve um fio desencapado que criou um clima desagradável", afirmou o presidente. "Com minha volta ao governo e com sua entrada na Vale, tenho certeza que a gente vai encapar esse fio", disse, durante evento na mina de Carajás, em Parauapebas (PA), onde a Vale anunciou R\$ 70 bilhões em investimentos. Já havia dito no fim de janeiro que antes a Vale não discutia com o governo os projetos prioritários e que "agora se dispõe a ter um novo comportamento".

Fenômeno semelhante ocorreu com a Petrobras. No caso da companhia, antes de Magda Chambriard tomar posse, Lula criticou a distribuição de dividendos e falou que a empresa precisava "pensar no povo brasileiro". "O que eu acho é que a Petrobras, que é empresa em que o governo tem ascendência sobre ela, é importante ter em conta o seguinte: a Petrobras não é apenas uma empresa de pensar nos acionistas que investem nela, porque a Petrobras tem que pensar no investimento e pensar em 200 milhões de brasileiros que são donos dessa empresa ou sócios dessa empresa", disse Lula, em março de 2024. Ele relatou ainda ter tido uma conversa séria com a direção da companhia, na ocasião. Esta foi a primeira das crises que levou à queda de Jean Paulo Prates, que havia sido indicado por Lula no início do governo.

Em janeiro deste ano, já com a companhia sob o comando de Magda Chambriard, o presidente se distanciou das decisões da empresa, em meio ao aumento do preço do diesel. "Li muito hoje o que vocês escreveram ontem, sabe, mas ainda não fui avisado se ela vai aumentar ou não, e ela não precisa me avisar. Se ela tiver uma decisão de que para a Petrobras é importante fazer o reajuste, ela que faça e comunique à imprensa", disse a jornalistas. Procurada, a Presidência respondeu sobre os casos citados na reportagem.

"Sobre o Ibama, o presidente tem pontuado que o país não pode prescindir de conduzir pesquisas para descobrir o potencial de exploração de petróleo na região da margem equatorial, mas tem reiterado que o

processo será conduzido a partir do posicionamento do Ibama, com responsabilidade e cumprindo com rigor todos os requisitos ambientais", diz a nota. O Planalto fala ainda no "fortalecimento institucional" do órgão, que teve concursos e reajustes salariais nos últimos dois anos.

No caso da Vale, destacou que a empresa é privada e o processo de seleção do presidente obedece à política da companhia e não há "direcionamento por parte do governo federal". A respeito da Petrobras, o Planalto diz que Lula "sempre ressaltou o papel estratégico da empresa como instrumento para impulsionar o desenvolvimento econômico e também social do Brasil". E reiterou a fala anterior do presidente de que o governo não tem ingerência sobre o preço do diesel.

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 18.02.2025 – PÁG. A11

Jantar reúne ministros do STF e Lula em meio à expectativa por denúncia contra Bolsonaro

Tribunal não confirma a data, mas integrantes da Corte apontam que evento será na quarta-feira (19)

César Feitoza

O presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Luís Roberto Barroso, deve realizar na próxima quarta-feira (19) um jantar em sua residência com todos os outros ministros da Corte e o presidente Lula (PT). O encontro acontece em meio à expectativa para a denúncia da PGR (Procuradoria-Geral da República) contra o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), no âmbito das investigações de tentativa de golpe de Estado. O procurador-geral Paulo Gonet também foi convidado para o jantar, mas optou por não participar, segundo relatos de interlocutores. A avaliação é que o encontro pode render críticas à atuação da PGR às vésperas da denúncia.



Procurado, o STF não confirma a data do jantar. No entanto, em reservado, três integrantes da Corte apontam que o encontro está marcado para a próxima quarta-feira (19). Barroso indicou a interlocutores que a data pode ser alterada —o que ainda não foi comunicado aos ministros do Supremo. A assessoria de imprensa do tribunal afirma que ainda não há estimativa dos gastos com o jantar, nem de cardápio, entre outros pontos. Os recursos sairão do orçamento da Corte. A princípio, o jantar dos ministros da Corte com Lula e demais convidados iria acontecer em dezembro do ano passado, usando como pretexto uma celebração de fim de ano. O encontro acabou adiado pelas complicações do acidente sofrido por Lula no Palácio da Alvorada.

Agora, ele acontece nos dias que devem anteceder a eventual denúncia da PGR contra o ex-presidente Jair Bolsonaro, evento que deve ter grande impacto no mundo político, com a reação de bolsonaristas. O grupo ligado ao ex-presidente já aponta que as investigações são baseadas em perseguição e executadas de forma

parcial. Nos bastidores do Supremo, ministros justificam que o jantar é uma cerimônia importante para aproximar os Poderes após períodos de instabilidade durante o governo Jair Bolsonaro.

Um encontro parecido ocorreu em dezembro de 2023, também na casa de Luís Roberto Barroso. Na época, o Congresso articulava a aprovação de propostas que limitavam decisões individuais de ministros do Supremo. Lula também se encontrou com ministros do Supremo na casa do ministro Gilmar Mendes em abril de 2024, e o presidente fez um churrasco para os integrantes do Supremo no Palácio da Alvorada no último 7 de setembro.

JORNAL – O HOJE – 18.02.2025 – PÁG. 10

CGU promove encontro sobre equidade, diversidade e inclusão

Manoel L. Bezerra Rocha



A Controladoria-Geral da União (CGU) realizou a 2ª Reunião Ordinária do Comitê de Equidade, Diversidade e Inclusão (CEDIN). O encontro foi marcado por uma palestra inicial sobre as “Políticas de Equidade Racial”, ministrada pelo Professor Dr. Hélio Santos, referência nacional na temática racial e presidente do Conselho Deliberativo do CEDRA e do OXFAM Brasil, entidades que compõem o Conselho de Transparência, Integridade e Combate à Corrupção – CTICC.

Na abertura do encontro, a secretária-executiva da CGU, Eveline Brito, ressaltou o compromisso da atual gestão com a equidade, diversidade e inclusão, destacando a criação do CEDIN, em 2024, como um marco importante para o fortalecimento da pauta dentro da CGU. “O CEDIN é um importante instrumento na construção de uma CGU mais representativa, justa e inclusiva, reunindo representantes de todas as áreas para discutir formas de promover mudanças e consolidar uma cultura organizacional baseada no respeito, na pluralidade e na equidade”.

A palestra contou com mediação da servidora pública, Ellen Piedade, servidora da Secretaria de Integridade Pública da CGU, que também atua como Coordenadora Pedagógica da Associação Abayomi Juristas Negras. No segundo momento da Reunião Ordinária, os membros do CEDIN, titulares e suplentes, além dos membros voluntários das comissões temáticas, se reuniram para compartilhar os trabalhos realizados no âmbito do Comitê e das comissões. Atualmente o CEDIN conta com quatro comissões temáticas, formadas por membros do comitê e voluntários da Controladoria, que estão desenvolvendo projetos alinhados às diretrizes de equidade, diversidade e inclusão.

Sanha arrecadatória

Tramita na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 78/25 substitui o valor fixo das multas de trânsito por um percentual do preço de mercado do veículo. O texto altera o Código de Trânsito Brasileiro. Atualmente, o código prevê quatro valores fixos para as multas, conforme a gravidade. Por exemplo, infração gravíssima, como dirigir sem carteira de habilitação (CNH), atualmente é punida com multa de R\$ 293,47. O projeto muda esse valor em reais por um percentual vinculado ao preço do veículo, que sobe de acordo com a gravidade da infração.

Bizarrice

O Projeto de Decreto Legislativo (PDL) 553/21 aprova o acordo entre Brasil e Ucrânia para cooperação internacional jurídica em temas de natureza civil, comercial e administrativa. Entre outros pontos, o acordo contempla a entrega de documentos, a coleta e a transmissão de provas, incluindo exames periciais, a obtenção e a execução de medidas cautelares, tais como ordens de bloqueio, sequestro e outras medidas relacionadas a ativos e direitos. Lembrando que a Ucrânia está em colapso geral, principalmente suas instituições.

TRF1 mantém redução de jornada de trabalho de servidora mãe de autista

A 9ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) negou provimento à apelação interposta pela Fundação Universidade de Brasília (FUB) contra a sentença que determinou a redução da jornada de trabalho de uma servidora pública de 30 para 20 horas semanais, sem redução salarial e nem compensação das horas não trabalhadas em razão de o seu filho ser diagnosticado com o Transtorno do Espectro Autista (TEA).

STJ prorroga afastamento de desembargadora e juíza suspeitas de corrupção

A Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça (STJ) prorrogou por mais um ano o afastamento cautelar da desembargadora Maria do Socorro Barreto Santiago e da juíza Marivalda Almeida Moutinho, ambas do Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA). As magistradas são investigadas no âmbito da Operação Faroeste, deflagrada para apurar esquema de venda de decisões judiciais relacionadas a disputas de terras na região oeste da Bahia.



Relator da ação penal, o ministro Og Fernandes lembrou que o afastamento das magistradas já havia sido prorrogado em fevereiro de 2024. No entanto, segundo o ministro, persistem os motivos que deram causa à medida cautelar. Ele comentou ainda que não há excesso de prazo na tramitação do processo, considerando que são 15 acusados no total entre os quais figuram desembargadores, juízes, servidores públicos, advogados e empresários. Segundo Og Fernandes, a ação penal vem avançando de forma regular e encontra-se atualmente em fase de elaboração de estudos periciais determinados a partir de pedidos complementares de produção de prova feitos pelas defesas.

3ª Turma do STJ

Na hipótese de revogação do mandato conferido pelo cliente ao advogado, o último faz jus ao arbitramento de honorários de forma proporcional aos serviços que foram efetivamente prestados até aquela data.

JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE – 18.02.2025– PÁG. 02

Lula ataca os distribuidores pelo combustível caro; entenda

Presidente afirma que produto sai com um preço da Petrobras, que dobra até chegar ao consumidor. Vendedores criticam tributação

Mayara Souto / Fernanda Strickland



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva atribuiu a alta dos preços dos combustíveis aos estados e aos distribuidores. Segundo ele, "o povo é assaltado pelo intermediário" e a população "precisa saber quem xingar" quando o diesel, a gasolina e o etanol sobem de preço. "A gasolina sai da Petrobras a R\$ 3,04 e, na bomba, é vendida a R\$ 6,49 — ou seja, o dobro.

Mas, quando sai o aumento, o povo acha que é a Petrobras que aumentou. E nem sempre é a Petrobras, porque cada estado, cada posto, tem liberdade de aumentar a hora que quer. E os impostos pagos são o ICMS (Imposto sobre

Circulação de Mercadorias e Serviços) para os estados, com o último aumento que teve agora", criticou Lula, na cerimônia do Programa de Renovação da Frota Naval do Sistema Petrobras, em Angra dos Reis (RJ).

Segundo o presidente, "o óleo diesel sai da Petrobras a R\$ 3,77. O cara vai encher o tanque do carro e paga R\$ 6,20. O mais grave é o preço do gás. O povo não sabe que o botijão de 13 litros sai da Petrobras a R\$ 35. Entretanto, depois que é entregue, chega a R\$ 140, R\$ 120, dependendo do ICMS. Na verdade, o povo paga o triplo do que sai da Petrobras".

Venda direta

Para Lula, a Petrobras deve estudar uma forma de vender diretamente ao consumidor para baratear o preço. "Se puderem comprar direto para que a gente possa baratear o preço do diesel... Vender direto gasolina e gás porque o povo é assaltado pelo intermediário. E a fama fica para o governo", lamentou. Em 1º de fevereiro, as alíquotas do ICMS foram atualizadas pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), vinculado ao Ministério da Fazenda. O diesel teve aumento de R\$ 0,06, a gasolina e o etanol de R\$ 0,10 e o gás de

cozinha ficou R\$ 0,02 mais barato. Na mesma ocasião, a Petrobras também promoveu um reajuste no diesel, que aumentou R\$ 0,22.

Dados da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), divulgados ontem, mostram que os preços do etanol subiram em 17 estados e no Distrito Federal, na semana passada. A média de aumento foi de 0,46% em relação à semana anterior, alcançando R\$ 4,39 por litro. Em oito estados, houve queda no preço do combustível — apenas Pernambuco permaneceu com valores inalterados. Considerando as médias estaduais, o menor preço do etanol foi verificado no Mato Grosso do Sul (R\$ 4,11/litro) e o maior, no Amapá (R\$ 5,52/litro). De acordo com Eric Gil Dantas, economista do Instituto Brasileiro de Estudos Políticos e Sociais (Ibeps), a crítica de Lula chama a atenção para um "grande problema". "De julho de 2021 até hoje, a margem de distribuição e revenda (parcela do valor da gasolina que fica com postos e distribuidoras) aumentou 96%. No gás de cozinha, a situação é ainda mais dramática. A margem no GLP subiu, de dezembro de 2020 até hoje, 90%", disse.

Eric utilizou datas diferentes para comparação, com um recorte de tempo (2021-2022) em que houve frequentes reajustes. "Com os preços subindo — e às vezes descendo —, tanto as distribuidoras quanto as revendedoras aproveitaram o caos e a perda de referência para ir subindo constantemente a parcela que fica com eles. Subia quando a Petrobras subia e, depois, não descia de volta, quando a estatal reajustava para baixo", observou. Porém, segundo Paulo Tavares, presidente do Sindicombustíveis DF — entidade que reúne os distribuidores —, o problema está na tributação incidente sobre o produto, que faz com que encareça substancialmente. "É preciso entender o preço da gasolina que sai da Petrobras, hoje, que, realmente, está em R\$ 3,04. Os impostos federais (PIS, Cofins e Cide) somam R\$ 0,80. Ou seja, são 25% de acréscimo sobre o preço da Petrobras. Além disso, temos o custo do ICMS nos estados — são os governadores que ficam com esse recurso e estamos falando de R\$ 1,47. São mais 48% de acréscimo. Quer dizer: mais de 70% desse preço dobrado de que o presidente fala, e que chega à bomba, é somente de impostos. O problema não é o posto. É o imposto", salientou.

Tavares acrescenta, ainda, que as três principais distribuidoras do país — Vibra, Ipiranga e Raizen — detêm mais 15% do lucro do preço da bomba, e para os postos de combustível restam 10%. O Correio também buscou a posição do Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e de Lubrificantes (Sindicom) sobre as críticas de Lula, mas não obteve resposta até o fechamento desta edição.

Pressão pela exploração

A Petrobras somou-se à pressão do governo federal pela exploração de petróleo na Margem Equatorial brasileira. No evento de ontem, em Angra dos Reis (RJ), a presidente da estatal, Magda Chambriard, afirmou que a empresa está "pisando no acelerador" e que a exploração será feita de forma "extremamente segura". A afirmação vem na sequência das críticas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva aos entraves colocados para a prospecção da região, que se estende entre os litorais do Amapá e do Rio Grande. Magda reforçou que, caso a licença para exploração seja concedida, a Petrobras adotará rigorosos protocolos de segurança. "Se obtivermos a licença, faremos tudo de forma extremamente segura. O senhor (Lula) pode ficar absolutamente tranquilo. A Petrobras demonstra, a cada dia, compromisso com o Brasil e com a segurança de nossas operações", afirmou. Ela acrescentou que, se autorizado, o Amapá terá "o melhor aparato de resposta de emergência já visto no mundo".

A presidente da Petrobras mandou um recado aos parceiros da estatal. "Estamos pisando no acelerador. Fornecedores brasileiros: estejam preparados, seja para fazer navios, para exploração e produção de petróleo e gás, seja para fazer refinarias e ampliação de capacidade de refino", advertiu. A Petrobras aposta na construção da unidade de estabilização e despetrolização de fauna, em Oiapoque (AP), como principal argumento para a obtenção da licença junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE – 18.02.2025 – PÁG. 06

STF prorroga inquérito contra Silvio Almeida por importunação sexual

Entre as próximas etapas do processo, a PF tomará o depoimento do ex-ministro dos Direitos Humanos, que deve ser uma das últimas diligências antes da definição sobre um possível indiciamento



Silvio Almeida foi exonerado do cargo no governo Lula (PT) em setembro do ano passado, após a divulgação das denúncias - (crédito: Filipe Araújo/MINC)

O ministro André Mendonça, Supremo Tribunal Federal (STF), prorrogou por mais 60 dias o inquérito que investiga o ex-ministro dos Direitos Humanos Silvio Almeida por importunação sexual. A decisão, tomada nesta segunda-feira (17/2), atende a um pedido da Polícia Federal (PF), que alegou a necessidade de mais tempo para concluir as investigações.

Entre as próximas etapas do processo, a PF tomará o depoimento de Silvio Almeida, que deve ser uma das últimas diligências antes da definição sobre um possível indiciamento. O ex-ministro foi acusado de assédio sexual por diversas mulheres, incluindo a ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco.

auto skip

O caso, que tramita sob sigilo no STF, já conta com depoimentos de vítimas que relataram episódios de importunação sexual. Silvio Almeida foi exonerado do cargo no governo Lula (PT) em setembro do ano passado, após a divulgação das denúncias. Apesar das acusações, o ex-chefe da pasta dos Direitos Humanos nega qualquer irregularidade.

Com a prorrogação do inquérito, a Polícia Federal terá até dois meses para concluir as investigações e decidir se há elementos suficientes para o indiciamento de Almeida, o que pode levar a um possível processo judicial.

JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE – 18.02.2025 – PÁG. 10

Aliança entre facções exige resposta eficaz

Sob análise do governo, uma possível cooperação entre PCC e CV colocaria em xeque uma das principais medidas adotadas para enfraquecer as facções no presídio: a transferência de criminosos

A dificuldade dos governos em conter a ação das facções criminosas nos presídios brasileiros — onde, inclusive, boa parte delas surge — é histórica, como mostram o noticiário e dados oficiais. O cenário, porém, parece estar ficando ainda mais complexo. A partir da análise de gravações feitas com autorização judicial, o



serviço de inteligência do Ministério da Justiça (MJ) trabalha com a hipótese de que criminosos tradicionalmente rivais estão fechando parcerias dentro das penitenciárias. Um dos principais objetivos seria aumentar a pressão para amenizar o tratamento concedido a presos de alta periculosidade, mas não se pode descartar os efeitos dessas alianças inéditas para além das grades.

Segundo relatório da pasta, presos do Primeiro Comando da Capital (PCC) e do Comando Vermelho (CV) articulam o pacto com a ajuda de advogados. As duas facções, que estão entre as mais antigas e maiores do país, têm presença expressiva nos presídios. Edição mais recente do Mapa de Orcrim (organizações criminosas), produzido pelo MJ, mostra que, em 2024, o PCC atuava no sistema carcerário de 24 estados (eram 23 no ano anterior). O CV também aumentou a capilaridade no período, de 21 para 22.

Só com esse retrato, não é exagero concluir que a cooperação entre PCC e CV colocaria em xeque uma das principais medidas adotadas para enfraquecer as facções no presídio: a transferência de criminosos. Para piorar, é sabido que, dentro das cadeias brasileiras, organizações menores, mesmo tendo regras próprias, exercem uma espécie de função assistencial às maiores. Especialistas calculam que exista ao menos uma centena de grupos do tipo. De 2022 a 2024, o Ministério da Justiça conseguiu mapear 88, dos mais antigos aos locais.

Fora das prisões, um dos riscos é de que o pacto entre as facções favoreça operações principalmente voltadas para a conquista de novos mercados. Nesse sentido, torna-se ainda mais urgente uma resposta efetiva do poder público ao avanço desses grupos criminosos na Região Norte, já marcado por violentas disputas por rotas fluviais que facilitem o tráfico de drogas e armas para outros estados brasileiros e países vizinhos. A instituição nesta segunda-feira do Grupo Nacional de Apoio ao Enfrentamento ao Crime Organizado (Gaeco Nacional) é uma estratégia que pode frear a ousadia dos criminosos. A intenção é de que o órgão compartilhe expertise e informações entre as unidades do Ministério Público e órgãos de inteligência para combater crimes praticados em âmbito interestadual por facções criminosas. Mas só o novo Gaeco não é suficiente. Listas de soluções indicadas por especialistas incluem ainda medidas como repressão mais eficaz à associação de policiais e militares com criminosos, investimento em inteligência para desmonetizar as facções e melhorias na atuação das forças de segurança nas fronteiras.

Ao Correio, o diretor-presidente do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Renato Sérgio de Lima, enfatizou a necessidade de modernizar a gestão das cadeias. Segundo ele, o manejo eficaz de presos faccionados passa por avanços nas análises de risco e nos protocolos, considerando as particularidades de cada unidade prisional. São mais de 1,5 mil no país, entre as estaduais e federais, abrigando a terceira maior população carcerária do mundo. Trata-se, sem dúvidas, de um sistema complexo e multifatorial a ser aperfeiçoado. Diante de um novo nível de articulação criminosa, porém, fazê-lo é vital para a sobrevivência do Estado e das instituições.

JORNAL – VALOR ECONÔMICO - 18.02.2025 – PÁG. A9

Motta discutirá PEC da blindagem com o Supremo

Deputados da oposição pressionam para que a proposta seja debatida; medida tem adesão até mesmo de parlamentares da base

Marcelo Ribeiro

A recente operação da Polícia Federal que teve como alvo um servidor do gabinete do deputado Afonso Motta (PDT-RS) por suposto desvio de emenda parlamentar reacendeu entre deputados da oposição a ofensiva para que os congressistas se debrucem sobre a proposta de emenda constitucional (PEC) que estabelece procedimentos de



operações policiais contra parlamentares e pretende limitar ações de busca e apreensão nas sedes da Câmara e do Senado. O assunto foi levado à reunião de líderes partidários na quinta-feira (13) por nomes da oposição ao governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Conhecida como PEC da blindagem, a medida tem adesão até mesmo de parlamentares da base governista, mas seu eventual avanço esbarra na resistência do presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), em fazer movimentos que possam representar uma afronta ao Supremo Tribunal Federal (STF). A cautela do paraibano é explicada por interlocutores em função da já conturbada relação entre Legislativo e Judiciário. O comportamento também reflete uma preocupação dele de que um aceno a favor da proposição contamine a audiência de conciliação entre os Poderes, marcada para 27 de fevereiro, para solucionar o imbróglio das emendas parlamentares.

O pagamento de parte dos recursos está bloqueado desde o ano passado, por decisão do ministro Flávio Dino, do STF, que exige a adoção de mecanismos que garantam a transparência e a rastreabilidade da distribuição das verbas. Integrantes da cúpula do Congresso constroem possíveis caminhos para apresentar aos magistrados para tentar destravar o pagamento das emendas. Ao Valor, um aliado de primeira hora de Motta confirma que o chefe do Legislativo tem evitado temas que possam fortalecer a crise entre os Poderes.

Isso já ocorre, por exemplo, em relação a medidas do pacote anti-STF, aprovadas no ano passado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara e que buscavam limitar os poderes da Corte.

Além disso, a resistência de Motta à PEC, pelo menos nesse primeiro momento de pressão interna, também é motivada por uma decisão dele de evitar intrigas com o Judiciário em um momento que as investigações sobre outros possíveis desvios de verbas parlamentares estão em curso, que podem culminar em novas operações contra seus pares. Segundo apurou o Valor, o presidente da Câmara sinalizou que priorizará o diálogo institucional com o Supremo para tratar do tema por ser tratar de um “assunto espinhoso”. A expectativa de lideranças próximas a Motta é que ele passe a procurar magistrados e apresente que a definição de regras para essas operações que tenham congressistas como alvo é uma demanda que tem adesão crescente dentro da Casa.

Caso o diálogo institucional não consiga alcançar um ajuste nas ações, Motta, então, deve consultar os líderes partidários para saber das chances de avanço da PEC, que precisa de 308 votos em dois turnos para ser aprovada. Também deve sondar o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), sobre as chances de o tema prosperar entre os senadores.

JORNAL – VALOR ECONÔMICO - 18.02.2025– PÁG. E1

STJ reconhece fraude à execução em doação de imóvel entre familiares

Ministros da 2ª Seção entenderam que, no caso, não era necessário como prova o registro de penhora na matrícula do bem

Marcela Villar



O Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que não é necessário o registro de penhora na matrícula do imóvel para reconhecimento de fraude à execução, em caso de doação do bem entre familiares. A decisão, unânime, foi dada em recente julgamento da 2ª Seção, que uniformiza o entendimento da 3ª e 4ª Turmas. Os ministros, no caso, não aplicaram a Súmula 375, de 2009, nem um julgamento de 2015, em recurso repetitivo (REsp 956943). O entendimento firmado, nos precedentes, é o de que o reconhecimento da fraude à execução depende do registro da penhora do bem alienado ou da prova de má-fé do terceiro adquirente. De acordo com especialistas, o caso era diferente do tratado na súmula. Envolveva uma suposta situação de fraude entre familiares, sem participação de um terceiro. A questão,

porém foi analisada depois de o autor do recurso alegar que havia um acórdão divergente na 4ª Turma - que foi aceito pelos ministros, apesar de advogados afirmarem que, nesse caso, não foi analisado o mérito.

Com a nova decisão, o STJ julgou que a própria doação de bens, capaz de reduzir o devedor à insolvência, é suficiente para caracterizar a má-fé. Para advogados, isso é positivo para credores que queiram fazer cumprir sentenças em seu favor e impedir práticas fraudulentas de transferência de patrimônio em contexto familiar.



CLIPPING

DATA
18.02.2025

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
18 de 23

RESPONSÁVEL
Iris Helena

O caso analisado pelos ministros trata da doação de um imóvel feita por uma mãe aos filhos em 2005, após se separar do marido. Ambos eram sócios de uma empresa com dívida reconhecida por sentença desde 1996. A Justiça, durante o processo, admitiu a desconsideração da personalidade jurídica (IDPJ) para atingir os bens dos devedores.

Inicialmente, apenas o pai da família estava no polo passivo da demanda - a mãe foi incluída em 2008. O credor alega que houve fraude à execução, por conta da transferência do apartamento para os filhos, com a manutenção do usufruto. Já a mãe alega, nos autos, que a doação foi feita antes de ser inserida na ação de cobrança e que os filhos não teriam como saber da execução. A dívida se refere a uma indenização devida a um funcionário que sofreu um acidente de trabalho em 1993 na empresa. A companhia foi obrigada a custear o valor de uma prótese mecânica, inclusive honorários de especialistas e despesas decorrentes de viagens, além de pensão mensal de 1,455 salários mínimos até o trabalhador completar 65 anos e 100 salários mínimos por danos morais.

No julgamento, o relator do caso, ministro João Otávio de Noronha, entendeu que houve fraude à execução e que não é necessária a averbação da penhora na matrícula do imóvel para o reconhecimento da fraude. “O registro da penhora na matrícula do imóvel é dispensável para o conhecimento da fraude de execução em hipótese de doação entre ascendente e descendente configurar blindagem patrimonial em detrimento dos credores”, afirmou ele, durante a sessão. O ministro completou o voto dizendo que “a constatação de má-fé em doações familiares pode decorrer do vínculo familiar e do contexto fático que demonstre a intenção de frustrar a execução” (EREsp 1896456).

O caso chegou na Justiça por meio de uma ação movida pelos filhos para conseguir anular a penhora e preservar a propriedade, alegando ausência de fraude, o que foi reconhecido por sentença. A primeira instância, inclusive, aplicou a Súmula 375 do STJ, entendendo que havia a necessidade de ter sido gravado na matrícula do imóvel a penhora ou que fosse comprovada a má-fé. Mas o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP) reformou a decisão. O especialista em processo civil Rodrigo Forlani Lopes, sócio do Machado Associados Lopes, explica que a súmula não se aplicaria ao caso porque é uma situação de fraude entre familiares. “Não tem adquirente de boa-fé. A súmula protege a pessoa que fez a pesquisa para saber se o imóvel tinha penhora. Aqui os ministros tiraram a proteção porque tem um conluio e uma blindagem patrimonial”, afirma.

A Súmula 375 é um indicativo contra a hipótese de fraude à execução” — Gabriel Bragança

A fraude, segundo ele, ficou evidente pelo fato de a mãe ter doado o imóvel para os filhos e conservado o uso da propriedade. “Aqui não é uma presunção de má-fé, mas uma constatação de má-fé, porque a mãe se desfez do seu patrimônio para fraudar o devedor. Então, não precisa gravar a penhora no registro do imóvel, porque no simples ato de disposição do patrimônio em favor de familiares já está constatada a má-fé”, diz. Para Lopes, a decisão é positiva, pois facilita o cumprimento de sentenças. “É muito comum hoje em ações de execução a frase do ‘ganhou, mas não levou’, porque os devedores se livram do patrimônio para não pagar”, afirma. “Esse tipo de decisão traz um alívio para quem está buscando saldar um crédito, porque traz mais ferramentas para ser caracterizada uma fraude à execução”, completa.

O advogado Gabriel de Orleans e Bragança, sócio do SOB Advogados, diz que a Súmula 375 é apenas um indicativo contra a hipótese de fraude à execução se não houver antes da venda do bem o registro da medida

constritiva. “Se há prova de que o terceiro adquirente sabia que a venda do bem impediria a garantia ao processo de execução, essa prova elide a boa-fé do terceiro, de maneira que deve ser reconhecida a hipótese de fraude.” Ele acredita que o voto do ministro Noronha deu uma interpretação correta do enunciado ao caso. “Sendo uma decisão em sede de embargos de divergência, tende a facilitar o cumprimento de sentença, em termos de segurança jurídica, porque os tribunais estaduais e federais seguirão com mais facilidade o precedente”, completa. Da decisão, cabe recurso e somente após seu trânsito em julgado o imóvel vai a leilão para que a dívida seja paga. O advogado da devedora, José Luís Nóbrega, do Nóbrega Advocacia, foi procurado pelo Valor, mas não deu retorno até o fechamento desta edição. O VVM Advogados, escritório que representa o credor, disse não foi intimado do acórdão e que não teria autorização para comentar o caso.

CNI acompanhará 78 processos no Supremo este ano

A maior parte dos casos envolve o direito tributário (37%) e trabalhista (28%), de acordo com a 10ª Agenda Jurídica da entidade

Luiza Calegari

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) acompanhará, este ano, 78 processos que estão na pauta do Supremo Tribunal Federal (STF) e devem causar impacto relevante para o setor. Os dados constam da 10ª Agenda Jurídica da entidade, a ser divulgada hoje. A maior parte dos casos envolve o direito tributário (37%) e trabalhista (28%), mas a entidade também monitora ações ambientais, administrativas, regulatórias e de processo civil. De todas as ações levantadas, 15 foram propostas pela própria CNI, em 30 ela atua como amicus curiae (parte interessada) e nas demais (33) apenas como observadora. O processo de maior impacto é o que discute se pode ser ajuizada ação de cobrança (execução) contra empresa do mesmo grupo econômico, mas que não participou do processo na fase de conhecimento - para apresentação de provas (RE 1387795). Ele começou a ser analisado em Plenário na semana passada, mas ainda não há votos.



Antes, o julgamento havia começado no Plenário Virtual. Na ocasião, o relator, ministro Dias Toffoli, sugeriu que a inclusão de empresa do mesmo grupo possa ser incluída na execução, contanto que haja um Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica (IDPJ). A medida permitiria que bens de sócios fossem bloqueados para pagar a dívida. Alexandre Vitorino, diretor jurídico da CNI, destaca que a solução proposta por Toffoli é razoável. “Mas é preciso aplicar uma teoria maior, que considere a existência de fraude ou abuso para a aplicação do IDPJ”, diz. “A Justiça do Trabalho precisa entender que ele [IDPJ] só vale para casos excepcionais”, acrescenta. Também está sob acompanhamento da CNI uma ação proposta pela entidade questionando os critérios para pagamento de adicional de aposentadoria especial (ADI 7773). Não há estimativa de impacto da discussão, mas a confederação soube de autos de infração relativos ao tema da ordem de até R\$ 500 milhões, contra uma única empresa.



CLIPPING

DATA
18.02.2025

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
20 de 23

RESPONSÁVEL
Iris Helena

Essa ação questiona a presunção de ineficiência dos equipamentos de proteção individual nos casos de exposição a ruído excessivo. A entidade pede o fim da contribuição adicional ou, subsidiariamente, que a concessão da aposentadoria especial seja condicionada à comprovação de exposição ao agente nocivo. “O tema impacta profundamente as indústrias têxtil, siderúrgica e metalúrgica”, explica Vitorino. Casos de grande repercussão trabalhista também estão na agenda. Marcus Brumano, sócio do Castro Barros Advogados, destaca o recurso que discute a relação de trabalho por aplicativo (RE 1446336). Segundo ele, embora o processo diga respeito somente aos motoristas, sinalizará a posição do STF quanto a outros tipos de trabalho por plataforma.

“Uma decisão do Supremo pode influenciar até a regulamentação futura de outras formas de trabalho intermediadas por aplicativos”, diz. “Se for reconhecido o vínculo [de emprego], as empresas terão que se organizar para arcar com os encargos trabalhistas”, aponta o especialista. Alguns dos temas no radar da CNI podem ter impacto na atuação sindical. Um deles é a discussão sobre a necessidade de homologação, pelo sindicato, das demissões coletivas (ADI 6142). “O principal problema, hoje, é a insegurança de não haver nenhum critério para determinar qual demissão é grande o suficiente para ser enquadrada na lei”, afirma Brumano.

Entre as questões tributárias na pauta do Supremo está uma das chamadas teses filhotes da “tese do século”. A CNI acompanhará com lupa o julgamento que definirá se os créditos presumidos de ICMS entram na base de cálculo do PIS e da Cofins (RE 835818). Eduardo Vieira, sócio do Vieira e Serra Advogados, acredita que a decisão beneficiará os contribuintes, o que, segundo ele, “tende a aliviar, ao menos parcialmente, a elevada carga tributária que recai sobre setores como a indústria e o varejo”. Também impactará diretamente o custo das dívidas tributárias das empresas, diz Vieira, a definição do STF se a taxa Selic pode atualizar as dívidas da Fazenda Pública (RE 1516074). Essa decisão poderá “redefinir o entendimento sobre a aplicação de juros e correção monetária, refletindo, em última análise, no cálculo dos passivos fiscais das empresas”, aponta o advogado.

O veredito final do Supremo sobre a Lei nº 14.789, de 2023, que instituiu a tributação federal dos incentivos fiscais oferecidos pelos Estados a título de subvenção é outro processo em que a CNI está de olho. Flávio Molinari, sócio do Collavini Borges Molinari Advogados, entende que a exigência da lei é inconstitucional, ao contrariar o conceito de renda e receita (ADI 7604). “Trata-se de renúncia de receita estadual decorrente de políticas fiscais de desenvolvimento”, diz. “Na prática, a tributação da União mina as opções de política fiscal dos Estados”, defende. As indústrias ainda aguardam o julgamento de recurso contra a aplicação do princípio da anterioridade nonagesimal (90 dias) para a cobrança do Difal do ICMS. Essa imposição permitiu que a arrecadação estadual retroagisse até o ano de 2022, em vez de 2023, beneficiando o Fisco (ADI 7070 e ADI 7066).

Entre os temas tributários, o diretor jurídico da CNI destaca os questionamentos de taxas estaduais de mineração, que têm sido criadas, afirma ele, com natureza arrecadatória (ADI 7598). “Sempre que a CNI consegue uma vitória, os Estados editam novas leis com uma pequena redução no percentual cobrado, para ver se cola”, explica Vitorino. A avaliação geral da entidade é de que a tramitação das ações no STF está mais veloz, o que é sempre positivo. “A prioridade número um do empresário é que a controvérsia jurídica se resolva. Se possível, ele quer ganhar. Mas quer, principalmente, poder se programar, e o impacto econômico pode ser incrementado por conta da morosidade”, avalia.

JORNAL – VALOR ECONÔMICO – 18.02.2025 – PÁG. E2

Lei de Bioinsumos e o futuro da regulação

Espera-se que o processo de regulamentação seja conduzido com a participação ativa de stakeholders do setor privado e da sociedade civil

João Emmanuel Cordeiro Lima



A recente publicação da Lei de Bioinsumos (Lei nº 15.070/2024) representa um marco para a agropecuária e para a indústria no Brasil. Fruto de uma ampla discussão entre órgãos reguladores, Congresso Nacional e setor privado, a nova lei promove segurança jurídica para a produção e uso de bioinsumos no país e estabelece um cenário favorável à inovação no setor, reforçando o protagonismo nacional em um mercado estratégico e em expansão.

Apesar do resultado importante, contudo, ainda há um caminho a ser percorrido para a plena efetividade da lei. Segundo estudo da Fundação Getulio Vargas (FGV) e da CropLife Brasil, o mercado de bioinsumos no país tem crescido a uma média anual de 21%, superando os R\$ 5 bilhões na safra 2023/2024. Globalmente, projeta-se que esse mercado continuará a crescer entre 13% e 14% ao ano até 2032, alcançando cerca de US\$ 45 bilhões, o que corresponde a três vezes o valor atual.

Antes da nova lei, os bioinsumos eram regulados por legislações originalmente concebidas para produtos químicos, sintéticos ou minerais, como as leis de agrotóxicos e fertilizantes, além de normativas infralegais que tentavam adaptar o regime jurídico existente às particularidades dos bioinsumos. O desafio era significativo em muitas frentes. Um exemplo é o que acontecia com os produtos de dupla aptidão. A natureza biológica desses produtos por vezes confere múltiplas aplicações potenciais, o que gerava seu possível enquadramento em categorias regulatórias diversas e estanques. Obrigando o produtor a cumprir legislações variadas e não harmônicas para que pudesse explorar todas as potencialidades do seu produto, gerando uma complexidade injustificável. Ao unificar a regulação, preenche diversas lacunas do setor, oferecendo um marco regulatório mais apropriado.

Outro avanço da nova lei é a racionalização do processo de registro de bioinsumos, que ficará sob a competência exclusiva do Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa). Este era um dos gargalos do modelo anterior. Os bioinsumos caracterizados como agrotóxicos, por exemplo, deviam ser submetidos a um longo processo de avaliação tripartite, que envolvia, além do Mapa, a Anvisa e o Ibama, cada um operando de forma independente. Com a Lei de Bioinsumos, ficou estabelecido que esses órgãos só deverão se manifestar quando se tratar do registro de produtos novos para controle fitossanitário, em momento e forma que ainda serão definidos.



CLIPPING

DATA
18.02.2025

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
22 de 23

RESPONSÁVEL
Iris Helena

Merece também especial destaque a autorização da produção de bioinsumos para uso próprio, conhecida como produção on farm. Esse modelo permite que o produtor rural produza e multiplique produtos biológicos para seu próprio uso, com um cadastramento simplificado da unidade produtiva. Os bioinsumos gerados não são sujeitos a registro perante o Mapa, mas também não podem ser comercializados. Ao estabelecer regras para a produção on farm, como a necessidade de boas práticas, a lei pacifica a questão e define os limites para uma atividade que já é uma realidade no país.

O regime jurídico anterior, também estabeleceu regras de transição até a aprovação de sua regulamentação. Três normas merecem destaque. A primeira é a autorização para a continuidade de uso de bioinsumos que não tinham regulamentação própria até a publicação de norma específica, o que proporciona uma solução para produtos que, até então, não se enquadravam nas categorias regulatórias existentes; a segunda é que registros concedidos antes da publicação da lei foram mantidos até a sua data de validade, e as regulamentações anteriores permanecem aplicáveis para novos registros, até que a regulamentação específica da Lei de Bioinsumos seja definida; e a terceira foi a garantia de continuidade de produção de bioinsumos para uso próprio até que a regulamentação e a instrução de boas práticas sejam publicadas.

Embora a publicação da lei seja um marco importante, ainda há desafios pela frente para garantir sua plena efetividade. Para assegurar o melhor tratamento técnico e a flexibilidade necessária para que a lei não se torne rapidamente obsoleta, aspectos relevantes foram deixados para regulamentação posterior. No caso do registro de bioinsumos, por exemplo, questões como o papel da Anvisa e do Ibama no processo, bem como critérios de classificação, especificação e parâmetros mínimos para os produtos precisam ser definidos, considerando as finalidades e categorias de cada bioinsumo. Adicionalmente, temas relacionados à importação, exportação, comercialização, uso, destinação de resíduos e embalagens, rotulagem e fiscalização também exigirão regulamentação.

Considerando a relevância dos temas a serem regulamentados e a articulação que viabilizou a criação da lei, espera-se que o processo de regulamentação seja conduzido com a participação ativa de stakeholders do setor privado e da sociedade civil. Essa abordagem contribuirá para a manutenção do ideal de racionalização das exigências regulatórias estabelecidas para a categoria. Com isso, pretende-se que o Brasil permaneça estrategicamente posicionado no mercado global de bioinsumos, aproveitando a vasta riqueza de sua biodiversidade e impulsionando a inovação no setor.

DATA COMEMORATIVA DO DIA – SEBIB

Dia 18 de fevereiro – Dia Internacional da Síndrome de Asperger

18 de fevereiro é o dia Internacional da Síndrome de Asperger, uma perturbação neuro-comportamental que tem algumas semelhanças com o autismo.

Esta data foi escolhida por ser o dia de nascimento do psiquiatra austríaco Hans Asperger (1906-1980), o primeiro médico a descrever este transtorno.

Origem do Dia Internacional da Síndrome de Asperger

A partir da década de 1980, os trabalhos do Dr. Asperger foram ganhando cada vez mais importância. Com isso, os pais que tinham filhos com a Síndrome de Asperger resolveram criar uma data para conscientizar o grande público sobre as peculiaridades deste fenômeno. Assim, eventos, palestras e encontros começaram a ser promovidos com o objetivo de apoiar a integração social dos portadores desta síndrome e oferecer condições de igualdade para que eles tivessem uma vida digna e se sentissem bem.



Síndrome de Asperger

A síndrome de Asperger é um transtorno de desenvolvimento humano que atinge as habilidades de interação social. Apesar de apresentar diferentes graus, geralmente os seus portadores têm dificuldades em fazer amigos, entender as sutilezas da comunicação e aceitar novas rotinas. Estima-se que existem mais de 67 milhões de pessoas com autismo e síndrome de Asperger no mundo. Em Portugal, segundo a Associação Portuguesa de Síndrome de Asperger (APSA), calcula-se que 40.000 pessoas têm a síndrome.